

**EXAME DE ORDEM**  
**2ª ETAPA**  
**23/09/2001**  
**PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL**  
**ÁREA: DIREITO ADMINISTRATIVO**

- 1ª Parte : Redação de Peça Profissional  
Valor: 5,0 pontos
- 2ª Parte: Resposta às duas questões práticas  
Questão nº 01 - Valor: 2,5 pontos  
Questão nº 02 - Valor: 2,5 pontos

**INSTRUÇÕES:**

- a) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;
- b) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

**1ª Parte - Peça Profissional:**

O Prefeito do Município de Valha-me-Deus faz publicar Edital de Concurso (nº 01/2001) para o provimento de cargos de professor municipal.

Entre os requisitos para a inscrição, prevê o Edital na alínea "c" do item 3.1, da idade máxima de 25 anos.

Doralice Lacerda Palmeirão preenche todos os requisitos do Edital, salvo o de idade máxima, já que conta 32 anos. Inconformada com a exigência, Doralice apresenta recurso administrativo ao Prefeito, alegando que o Edital não poderia estabelecer o mencionado requisito, que considera discriminatório. Com esse argumento, requer sua inscrição no certame.

O recurso é indeferido pelo Prefeito, sob a seguinte fundamentação: A Resolução nº 37/2001, do Secretário Municipal prevê o referido requisito, que ademais se justifica plenamente tendo em vista que o exercício do magistério na rede escolar municipal exige do servidor hígidez física e disposição para grandes deslocamentos, em geral mediante caminhadas, já que não há serviço de transporte coletivo que atenda as localidades rurais e remotas em que se encontram algumas das escolas públicas.

Considerando as circunstâncias relatadas e, mais, que o prazo de inscrição se esgota em três dias e que as provas serão realizadas logo em seguida, elabore a peça para aviamento de medida judicial apropriada para a defesa do direito que Doralice julga ter, no sentido de participar do concurso. Considere também que o Município de Valha-me-Deus é sede de comarca.

## ÀREA: DIREITO ADMINISTRATIVO

### 2ª Parte - Questões práticas:

#### 1ª Questão:

O Prefeito de determinado Município declarou de utilidade pública diversos lotes urbanos de propriedade de João da Mata, para construção de um prédio escolar.

No prazo de validade do ato declaratório, a Administração Municipal iniciou, na via judicial, a execução da desapropriação, obtendo a imissão provisória na posse. Antes do início da construção prevista, foi eleito e empossado outro prefeito. Este decidiu não dar continuidade à obra do prefeito anterior.

Em virtude dessa decisão, o novo prefeito pretende desistir da desapropriação que ainda está em curso.

Ressalte-se que o terreno em questão foi parcialmente invadido por famílias sem teto.

Pergunta-se: a desistência pretendida pelo Prefeito é possível, considerando a legislação pertinente, a jurisprudência e a doutrina?

#### 2ª Questão:

No âmbito de um processo administrativo, constata-se a seguinte situação: José Porto Milagres, servidor público efetivo federal, investido, inicialmente, no cargo de Técnico Agrícola, lotado no Ministério da Agricultura, foi, em virtude de concurso interno, investido no cargo de Engenheiro Agrônomo, lotado no mesmo Ministério, dez anos atrás. Agora, foi constatado que essa mudança de cargo feriu a Constituição Federal, pois se trata de acesso. Considerando que a atual situação é vantajosa para o servidor, o mesmo requereu, na via administrativa, a sua manutenção no cargo de Engenheiro Agrônomo, alegando que o acesso se deu por ato de iniciativa da Administração Pública.

Você, na condição de Assessor Jurídico do Ministério, opine sobre o caso.

**BOA SORTE!!!**

**EXAME DE ORDEM**  
**2ª ETAPA**  
**23/09/2001**  
**PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL**  
**ÁREA: DIREITO CIVIL**

- 1ª Parte : Redação de Peça Profissional  
Valor: 5,0 pontos
- 2ª Parte: Resposta às três questões práticas  
Questão nº 01 - Valor: 2,0 pontos  
Questão nº 02 - Valor: 2,0 pontos  
Questão nº 03 - Valor: 1,0 ponto

**INSTRUÇÕES:**

- a) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;
- b) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

**1ª Parte - Peça Profissional:**

Em 01/04/1979, Conceição requereu em juízo a interdição de seu filho Pablo, nascido em 15/03/1956, por anomalia psíquica. Foi nomeada, em 10/04/1979, pelo juízo da 2ª Vara de Família, curadora provisória de Pablo.

Em 01/09/1979, Pablo que havia herdado do pai um vultoso patrimônio, vendeu a José, construtor civil, um terreno situado em Uberlândia.

Apercebendo-se de que Pablo era inexperiente e desconhecia qual o valor real do terreno - fato normal entre jovens da idade do vendedor - José, que o avalizou em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), levou-o a vender-lhe por R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que pagou no ato da escritura, registrada na mesma data (01/09/1979). José, porém, nada percebeu quanto à anomalia psíquica de que Pablo era portador.

No dia 02/05/1981, termina o processo de interdição com a seguinte sentença: Pablo é inabilitado, por anomalia psíquica, e Conceição é nomeada sua curadora definitiva, ficando sujeitos à sua autorização os atos de disposição dos bens do filho.

Um ano depois do registro da sentença, que se deu em 20/05/1981, Conceição toma conhecimento da venda efetuada.

Por seu lado, José vem a descobrir que existia, já à data do negócio, uma deliberação da Câmara Municipal de Uberlândia que só permitia a construção, no local onde se situava o terreno vendido, de prédio de apenas 03 andares, sendo, portanto, falsa a informação sobre o coeficiente de aproveitamento que lhe fora prestada por um funcionário da Câmara. José, então, em 10/02/1993, aliena o imóvel a Júlio, pelo preço de mercado. Júlio adquiriu o terreno porquanto desejava construir sua casa de morada, antigo sonho, o que efetivamente fez, ficando pronta a construção em 20/10/1983. Júlio para lá se mudou desde então.

Em 10/09/2001, portanto, há poucos dias, Júlio foi surpreendido com a citação para uma ação ajuizada apenas contra ele por Conceição, em seu próprio nome. Nesta ação, pede a autora: a) a nulidade do contrato de compra e venda em face da incapacidade absoluta do primitivo alienante, Pablo; b) o cancelamento dos registros imobiliários efetivados após a venda; c) restituição do imóvel.

A ação, a requerimento da parte autora, foi distribuída ao juízo da 2ª Vara de Família da Comarca de Belo Horizonte, sob a alegação de que estaria prevento para dela conhecer em face da anterior ação de interdição.

Júlio, desesperado, procura você.

## ÀREA: DIREITO CIVIL

### 2ª Parte - Questões práticas:

#### 1ª Questão:

Afonso, agricultor que deseja emigrar para o Canadá, fez, em 1995, por escritura pública, doação a Bernardo da sua Fazenda X e de um manada de gado nelore de que era proprietário. Da escritura constou a seguinte cláusula:

“ Esta doação é feita para que Bernardo cuide do apartamento Z de que o doador é proprietário.”

Em documento particular, Bernardo obrigou-se a entregar a manada a Afonso, se este voltasse do Canadá, e reconheceu a Afonso o direito de resolver a doação da Fazenda X se ele não tratasse convenientemente do imóvel Z.

Afonso regressou do Canadá e pretende:

- a) Reaver a manada, as suas crias e o valor do leite produzido pela manada desde 1995;
- b) Resolver a doação da Fazenda X;
- c) Pedir uma indenização pelos danos resultantes da falta de cuidados com o imóvel Z.

Pode fazê-lo? Fundamente.

#### 2ª Questão:

Houve duas penhoras sobre o mesmo imóvel: a primeira, promovida pelo credor hipotecário, e a Segunda, pelo credor quirografário. Realizada a praça e arrematado o imóvel na execução hipotecária, o preço foi inteiramente absorvido pelo crédito privilegiado. **Pergunta-se** a) o imóvel arrematado continua sujeito à penhora em favor do credor quirografário? Explique. b) como se resolve o concurso entre credor quirografário e credor hipotecário, sobre o mesmo bem? Fundamente.

#### 3ª Questão:

Ana, casada com Pedro, mantém relações íntimas com João. Ana fica grávida. Nasce, então, Mariana que é registrada como filha de Pedro. Logo após o nascimento de Mariana, Ana se separa de fato de Pedro e vai viver com João. Depois de decorridos três anos da separação de fato e constatando que Mariana tinha traços parecidos com os de João, Pedro propõe ação negatória de paternidade cumulada com anulação do registro. Em defesa, alegou-se Ter ocorrido a prescrição a que alude o art. 178, § 3º do Código Civil. A tese é procedente, considerando-se a mais atualizada doutrina e jurisprudência? Fundamente.

**BOA SORTE!!!**

**EXAME DE ORDEM**  
**2ª ETAPA**  
**23/09/2001**  
**PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL**  
**ÁREA: DIREITO COMERCIAL**

1ª Parte : Redação de Peça Profissional  
Valor: 5,0 pontos

2ª Parte: Resposta às cinco questões práticas  
Valor: 1,0 ponto cada questão

**INSTRUÇÕES:**

- a) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;
- b) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

**1ª Parte - Peça Profissional:**

Um cliente o procura com um cheque emitido em seu favor, devolvido pelo banco sacado, por falta de fundos, em 23/09/1996, sem que tenha sido levado a protesto.

É possível adotar procedimento judicial em defesa dos interesses do cliente? Em caso afirmativo, elaborar a petição inicial. Caso contrário, dar parecer fundamentando seu ponto de vista.

## ÀREA: DIREITO COMERCIAL

### 2ª Parte - Questões práticas:

1ª Questão:

O que é endosso mandato? E endosso em banco? E endosso em preto? E endosso póstumo?

2ª Questão:

Admite-se seja a companhia administrada ou gerida por pessoa que não seja acionista? Justificar.

3ª Questão:

As quotas de uma sociedade limitada podem ser corporificáveis em títulos ou certificados? Justificar.

4ª Questão:

Como se caracteriza no Brasil o estado falimentar?

5ª Questão:

O que é concordata remissória? E concordata dilatória? A lei brasileira admite esta modalidade de concordata?

**BOA SORTE!!!**

**EXAME DE ORDEM**  
**2ª ETAPA**  
**23/09/2001**  
**PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL**  
**ÁREA: DIREITO PENAL**

- 1ª Parte : Redação de Peça Profissional  
Valor: 5,0 pontos
- 2ª Parte: Resposta às três questões práticas  
Questão nº 01 - Valor: 1,0 pontos  
Questão nº 02 - Valor: 1,0 pontos  
Questão nº 03  
A - Valor: 1,5 pontos  
B - Valor: 1,5 pontos

**INSTRUÇÕES:**

- a) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;
- b) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

**1ª Parte - Peça Profissional:**

Na tarde do dia 29 (vinte e nove) de julho do corrente ano, por volta das 15:00 horas, **DEOLICE PEREIRA**, brasileira, casada, funcionária pública, residente a rua José Silvério, 122, apto 1302, bairro Casa Branca, nesta Capital, compareceu ao restaurante “BOM DE BOCA”, localizado na Av. Rio Branco, bairro Pindorama, também nesta Capital, onde fez uso do “self service”.

Durante a refeição, após já Ter se servido do primeiro prato, a Sra. **DEOLICE PEREIRA** dirigiu-se ao garçon do citado estabelecimento comercial, Sr. **FRANCISCO DA CRUZ**, alegando que não iria efetuar o pagamento das despesas do almoço, tendo em vista esta a comida “muito salgada, uma porcária”.

Diante do acontecido, o garçon disse para a Sra. **DEOLICE**, educadamente, que aproximadamente 500 pessoas já haviam se servido da comida naquele dia, e nenhum havia apresentado qualquer tipo de reclamação.

Diante da insistência da Sra. **DEOLICE** em não saldar o débito contraído, o Sr **FRANCISCO** chamou a dona do restaurante “BOM DE BOCA”, Sra. **MARIA CELESTE**, brasileira, solteira, comerciante, residente a Rua Francisco Pedrosa, 213 bairro Floresta, nesta Capital, que imediatamente foi ao encontro da freguesa.

Após ouvir atentamente às reclamações da freguesa, a Sra. **MARIA CELESTE** ponderou que a mesma poderia servir novo prato, sem qualquer ônus pela substituição.

No entanto, de modo brusco, a Sra. **DEOLICE** interrompeu o diálogo e, dirigindo-se à pessoa de **MARIA CELESTE**, começou a dizer que “eu não vou comer esta merda de comida, essa merda não presta”, não querendo conversa com “você, sua puta, piranha, pintada”, “vai se foder, vai tomar naquele lugar...”. Não satisfeita, antes de ser retirada do estabelecimento comercial por outros fregueses que ali se encontravam, a Sra. **DEOLICE** ainda desferiu uma “cusparada” no rosto de **MARIA CELESTE**, dizendo que “eu não vou comer neste lugar nojento, pois a sua proprietária é uma sem vergonha, vagabunda”.

Certo é que os atos se deram na presença de inúmeras pessoas, fregueses, que se viam no interior do estabelecimento, que, como dito, não só retiraram a Sra. **DEOLICE**, como também tentaram acalmar a proprietária do restaurante, que, muito abalada, desandou a chorar, quase tendo uma crise nervosa.



Seguindo conselhos, e ainda abalada, a comerciante lhe procura como advogado no último dia 21( vinte e um) de dezembro.

Você entendendo, dada a notoriedade dos fatos, da desnecessidade de procedimento inquisitório, decide, após a devida outorga do instrumento procuratório, aviar a peça com vistas à instauração da persecutio criminis in judicio.

PEDE-SE: REDIJA A PEÇA EM QUESTÃO COM TODOS OS CONTORNO DE NATUREZA PENAL E PROCESSUAL PENAL.

## ÁREA: DIREITO PENAL

### 2ª Parte - Questões práticas:

1ª Questão:

Na ação penal privada subsidiária da pública, é cabível o perdão do ofendido? Justifique sua resposta.

2ª Questão:

Em sendo a Autoridade coatora MM. Juiz de Vara da Justiça do Trabalho, a que deve ser endereçado o pedido de *habeas corpus*? Justifique sua resposta.

3ª Questão:

Tício Mévio da Silva, brasileiro, solteiro, sem profissão definida, contando com 21 (vinte e um) anos, viu-se preso em flagrante por conta da prática de crime inscrito no art. 155 do Código Penal. Conduzido a presença da Autoridade Policial, foi regularmente lavrado o APFD. Em poder do “meliante”, foram apreendidos vários aparelhos eletro-eletrônicos. Uma das vítimas, comparecendo perante a respectiva Autoridade, reconheceu dentre os objetos apreendidos, alguns como sendo de sua propriedade. Posteriormente, foi aviado pedido de restituição de coisas apreendidas. O delegado negou injustificadamente a restituição solicitada. Pergunta-se:

- a) Na condição de advogado da vítima, qual providência jurídica pode ver-se pleiteada? Fundamente a resposta.
- b) A restituição de coisas apreendidas pode ser sempre efetuada. Fundamente sua resposta.

**BOA SORTE!!!**

**EXAME DE ORDEM**  
**2ª ETAPA**  
**23/09/2001**  
**PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL**  
**ÁREA: DIREITO TRABALHO**

1ª Parte : Redação de Peça Profissional  
Valor: 5,0 pontos

2ª Parte: Resposta às cinco questões práticas  
Valor: 1,0 ponto cada

**INSTRUÇÕES:**

- c) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;
- d) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

**1ª Parte - Peça Profissional:**

Valentina Murillo, brasileira, casada, assistente social, propôs ação trabalhista em face da Empresa Catas Altas S/ª, sociedade de economia mista, alegando ter sido admitida, sem concurso público, em 05/06/1995 e dispensada em 05/03/2001, sem justa causa. Informa que trabalhava de 07:00 às 19:00 horas, com intervalo de 30 min. para almoço, de segunda a sexta-feira. Informa que seu último salário foi de R\$ 2100,00. Informa que a CTPS só foi anotada no dia 15/08/1995. Requer aviso prévio, férias vencidas em dobro de 98/99, férias simples de 99/00 e proporcionais de 2001, 13º salário proporcional de 2001, recolhimento de FGTS, multa de 40%, horas extras, reflexos das horas extras na remuneração face a habitualidade, reflexos das horas extras nas verbas rescisórias, salário família, dobra do art. 467 da CLT, retificação da CTPS quanto a data de admissão e demissão para constar respectivamente 05/06/1995 e 05/04/2001. No momento da propositura da ação, a Reclamante junta comprovante do atestado de gravidez, certidão de nascimento de outro filho menor, à época, com 5 anos de idade. Requer estabilidade constitucional por estar grávida e/ou indenização substitutiva, alegando que estava grávida quando da dispensa. Dá à causa o valor de R\$ 7100,00. Observação: A ação foi distribuída para a 10ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, e está com audiência marcada para o dia 29/08/2001, às 9:55 horas - processo 10/171/01; a Reclamante não liquidou os pedidos; juntou procuração; cópia da CTPS; recibos de salários; recibos de férias; atestados médicos e TRCT. **Como advogado(a) da empresa, elaborar a que de direito em favor de seu cliente.**

## **ÀREA: DIREITO DO TRABALHO**

### **2ª Parte - Questões práticas:**

1ª Questão:

Frustradas as negociações coletivas em 13/08/2001, entre o SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE - MG e o SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE-MG, na qualidade de Advogado contratado pelo Segundo Sindicato, sabendo que a data base da categoria é dia 01/09 e as partes não chegaram a um acordo prévio quanto ao índice de reajuste da categoria, qual medida judicial tomaria para garantir os direitos dos associados do sindicato por você representado? Justificar e fundamentar a resposta.

2ª Questão:

O que é a Teoria do Conglobamento no direito coletivo do trabalho? Fundamente.

3ª Questão:

Quantos são os minutos tolerados pela jurisprudência, antes e posteriores à jornada de trabalho, sem pagamento de salário? Se ultrapassados, o que acontece ao empregador? Fundamente e justifique.

4ª Questão:

A empregada doméstica tem direito ao recebimento de horas extraordinárias, além da oitava hora trabalhada? Por que? Fundamente. Aponte dispositivo legal para a espécie.

5ª Questão:

Considera-se ato discriminatório, anúncio veiculado na imprensa escrita, pela empresa SJ PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA., para contratação de modelo feminino com características de bonita, solteira, simpática, com até 21 anos, altura de 1,83m? Fundamente e justifique com dispositivo legal.

**BOA SORTE!!!**

**EXAME DE ORDEM**  
**2ª ETAPA**  
**23/09/2001**  
**PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL**  
**ÁREA: DIREITO TRIBUTÁRIO**

1ª Parte : Redação de Peça Profissional  
Valor: 5,0 pontos

2ª Parte: Resposta às duas questões práticas  
Questão nº 01 - Valor: 2,5 pontos  
Questão nº 02 - Valor: 2,5 pontos

**INSTRUÇÕES:**

- a) Será permitida apenas consulta a legislação, livros de doutrina e repertório de jurisprudência, vedada, porém a utilização de obras que contenham formulários e modelos de peças profissionais, cadernos de notas e apostilas, livros de perguntas e respostas, bem como xerox de qualquer natureza;
- b) Não coloque seu nome ou número da OAB ao final da peça profissional ou da resposta às questões, para evitar identificação.

**1ª Parte - Peça Profissional:**

Uma empresa que tem por atividade a compra e venda de programas de computador (software) não individualizados, os chamados software de prateleira, vinha recolhendo o ISS sobre o volume de seu faturamento, por entender que tal atividade se enquadraria como serviço tributável pelo ISS. Comparecendo em seu estabelecimento a fiscalização estadual, é a empresa autuada como contribuinte do ICMS, exigindo-lhe o Fisco Estadual o imposto sobre as vendas de programas de computador realizadas. Não se conformando com a exigência que lhe foi feita, mas querendo se forrar quanto a novas autuações, seja do Estado seja do Município, relativamente às operações mencionadas, formule o pedido da medida judicial cabível.

## **ÀREA: DIREITO TRIBUTÁRIO**

### **2ª Parte - Questões práticas:**

1ª Questão:

Qual a distinção entre competência tributária e capacidade tributária ativa?

2ª Questão:

Em que se traduz o princípio da anterioridade tributária, em relação a todas as espécies tributárias previstas em nosso ordenamento jurídico?

**BOA SORTE!!!**

